

A LOUCURA PERIGOSA E OS ESPAÇOS DO ANORMAL: AS TECNOLOGIAS DA DESQUALIFICAÇÃO E DA EXCLUSÃO *(Dangerous insanity and abnormal's space: technologies of disqualification and exclusion)*

Jarbas Dametto

Psicólogo, Mestrando em Educação (UPF)

RESUMO: O presente ensaio realiza, sob a perspectiva foucaultiana, centrada nas relações entre poder e saber, a análise de uma obra de meados do século XX que aborda métodos antropométricos para o diagnóstico precoce de personalidades psicopatológicas. A questão do diagnóstico e do prognóstico em psiquiatria é analisada em relação aos ideais da Modernidade em que a técnica é superestimada, concebida por meio de uma íntima conexão entre a psiquiatria e o poder judiciário, como forma de evitar e de isolar problemas e sujeitos que põem em risco o estado de coisas das instituições que compõem a sociedade. Através desta análise, levantam-se os problemas éticos e os riscos aos direitos humanos, apresentados pelos estudos que atestam cientificamente a inferioridade ou a inadequação à vida social de indivíduos portadores de psicopatologias ou que apresentam indícios destas, sendo submetidos, de antemão, a intervenções supostamente preventivas.

PALAVRAS-CHAVE: Psiquiatria; saber-poder; disciplinamento; anormalidade.

ABSTRACT: This essay makes, through a perspective foucaultian, in terms between power and know, an analysis of a book writes in the middle of the twentieth century who accosts methods anthropometrics for early diagnosis by personalitys psychopathologics. The question of diagnosis and prognosis is observed in terms to Modern ideas whom technique is overstimated, conceived by an inward convencion between psychiatry and legal power, for avoid to isolate dangerous problems and people who unbalanced institutions who makes up the society. Through this analysis, show the ethics troubles and the risks to the human rigths, aimed for the analysed book, who prove scientifically the inferiority or the inadequacy of people that have psychopathologics, submitted, backdated, in interventions assuming prevented.

KEYWORDS: Psychiatry; know-power; disciplinament; abnormality.

Introdução

A Modernidade desenvolveu em seu bojo a crença na razão como meio de alcançar uma sociedade livre de mazelas, capaz de proporcionar ao homem uma vida feliz, cujas ações seriam guiadas pela Ciência, logo, alicerçadas em uma verdade confiável, talvez a única digna de crédito. Quantificar, esclarecer, mensurar, prever foram procedimentos reinantes do exercício científico de inspiração positivista/utilitarista, práticas que por longo tempo obscureceram qualquer razão crítica que pudesse emergir neste contexto. É inegável o sucesso de tal racionalidade no campo das “ciências duras”. Seus objetivos foram alcançados e são superados a cada dia em uma contínua progressão, a qual aqui não cabe fazer juízo de valor ou levantar possíveis conseqüências. Diferentemente do que ocorreu nas ciências naturais, a aplicação da razão tecnicista ao campo das ciências humanas e da saúde acabou por expor a não universalidade desta forma de pensar o mundo. Foi no contato com o sujeito humano, principalmente com o sujeito *diferente da maioria*, que esta racionalidade fez cair por terra a promessa de felicidade plena via Ciência e Técnica, antes, estas se mostraram geradoras de, na melhor das hipóteses, profundos constrangimentos. Neste campo, “A Razão” teve que se dobrar à sua versão crítica, em um ponto em que a técnica colidiu com o direito à vida e à liberdade.

Este ensaio propõe o debate acerca dos olhares do tecnicismo sobre o homem, em especial, no campo da saúde mental, seus meios de diagnóstico e as conseqüências daí surgiram, utilizando

como ponto de partida os estudos foucaultianos que contemplam a disciplina, a loucura, a normatização e a anormalidade. Para isso, analisa-se um estudo de meados do século XX, *Le péril mental*,¹ de M. Verdun, obra em que transparecem ideais e práticas sobre a possibilidade de controle social, predição de comportamento e segregação do homem pela técnica e que visa o bem-estar de uma maioria supostamente “normal e inofensiva”. Em síntese, a obra evidencia a vinculação entre o saber científico e o poder de decidir arbitrariamente o futuro dos homens.

A Loucura e a Anormalidade

Foucault, em *História da loucura na Idade Clássica*, traça o percurso da loucura na sociedade ocidental, detendo-se principalmente à realidade francesa do fim da Idade Média, até o momento em que se constituiu um olhar médico sobre este fenômeno, o qual resultou em patologização e no surgimento de instituição de exclusão, mais especificamente, nos manicômios. Em tempos passados, vários desses espaços já se destinavam à segregação e funcionavam como local de reclusão de leprosos e, por um curto período, de pessoas portadoras de doenças venéreas. Desaparecida a ameaça da lepra e medicalizada a sífilis, dois ou três séculos mais tarde, o jogo da exclusão continuou a se repetir de forma semelhante com sujeitos que coabitavam a sociedade – os pobres, os vagabundos, os alienados, os infratores, etc. –, que, lançados a esses espaços, irão renovar a idéia da “encarnação do mal”, na qual se projeta o medo e sobre a qual se lançam os rituais de purificação-exclusão (FOUCAULT 2005).

O indivíduo louco e a loucura em si, que por algum tempo, em especial na Renascença, foram ligados mais ao cômico e à alegria que a doença e ao perigo, onde os loucos foram encarados como portadores de uma verdade que só a insanidade pueril poderia pronunciar, ganham uma nova leitura com o avanço da hospitalização e da razão como condição de existência e de humanidade, como proposto por Descartes. A ausência de razão passou a ser vistas como uma ameaça à ordem renascentista, o louco perde, então, seus direitos de verdade. A partir do século XVII, o “local natural” da loucura passa a ser o internato, onde se encontram reunidos os indigentes e os criminosos. Os hospitais gerais deste período se estabelecem mais como instituições semijurídicas do que médicas, misturando a caridade e a detenção. Ali se decide, se julga e se executa, sem direito à defesa. Os poderes dessas instituições vão além dos tribunais e estão sob o controle de gerentes locais. Como se observa nas palavras de Foucault, “O Hospital Geral não se assemelha a nenhuma idéia médica. É uma instância da ordem monárquica e burguesa que se organiza na França nesta mesma época” (*ib.*, p. 50).

O fenômeno da internação, com as casas de correção da Alemanha, com as *workhouses* na Inglaterra, dentre outros estabelecimentos de natureza correlata, com ligeiras modificações, ganham proporções continentais. Os hospícios, tanto as instituições religiosas, quanto as particulares e as da ordem pública, ganham *status* de política pública de previdência e de manutenção da ordem e da segurança das cidades. Trata-se de um assunto de polícia, não de saúde, em que a cura não está em questão, como afirma Foucault (2005), “é entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos” (p.48). Pode-se dizer, então, com relativa segurança, que a *internação psiquiátrica*, muito mais ampla do que nos moldes atuais, surgiu antes da própria psiquiatria enquanto especialidade médica:

O Hospital Geral não tem o aspecto de um simples refúgio para aqueles que a velhice, a enfermidade ou a doença impedem de trabalhar; ele não terá simplesmente o aspecto de um ateliê de trabalho forçado, mas antes o de uma instituição moral encarregada de castigar, de corrigir uma certa “falha” moral que não merece o tribunal dos homens mas que não poderia ser corrigida apenas pela severidade da penitência. O Hospital Geral tem um estatuto ético. É desse encargo moral que se revestem seus diretores, e é-lhes atribuído todo o aparelho jurídico e material da repressão (FOUCAULT 2005, p.74).

Enquanto no Hospital Geral (protopsiquiátrico, como denomina FOUCAULT 2006) anterior à psiquiatria, a figura do gerente local centrava em si poderes semijurídicos sobre o interno, determinando seus espaços e seu futuro, no século XIX caberá ao médico exercer esta função, que reduz a existência do indivíduo a seu corpo físico, despidido de qualquer atributo social para além da loucura. Dentro do hospício dos séculos XIX e parte do século XX, o médico é, acima de tudo, uma presença física, marca da dessimetria do poder que envolve a instituição cuja proposta é manter a ordem, organizar a loucura. O médico não possui o poder “por si”, ele ostenta o poder que emana das múltiplas articulações, uma rede composta por uma estrutura física – muros, grades, quartos; por outros funcionários – guardas, enfermeiros, ajudantes; e por outras instituições – justiça, polícia, etc. Enfim, uma disposição tática que viabiliza o exercício do poder, “é um campo de batalha que está efetivamente organizado neste asilo” (FOUCAULT 2006, p.10), em uma luta cujo objetivo é vencer o louco, dobrá-lo frente à anônima ordem disciplinar, mais do que “curá-lo” de uma doença, sendo que, por vezes, há clara confusão entre obediência e cura, já que pouco havia de solidez epistemológica na prática psiquiátrica. No início, tudo era insurgência a ser contida e, a partir deste poder de sujeição e de modelos vindos de outros campos do saber, serão erigidas instituições e saberes próprios da psiquiatria enquanto especialidade médica.

No início do século XIX, período em que o código penal francês de 1810, em seu artigo 64, estabelece que o criminoso poderia ser legalmente considerado inimputável por causa de seu “estado de demência”, no instante do cometimento de um crime, sem motivos reais para cometê-lo, é que a psiquiatria interessou-se pela “loucura que mata”, reafirmando-se como poder e como saber de proteção social. De acordo com a psiquiatria: “no fundo de toda loucura, há a virtualidade de um crime e, por conseguinte, justificação do meu poder” (FOUCAULT 2002, p.154). Ante a isso surge o anormal, sujeito que porta em si o próprio crime, este homem iguala-se à sua ação, ele é um pequeno monstro, um assassino em potencial, acometido por diversas degenerações, principalmente morais. Este mecanismo acaba por servir à justiça, dando-lhe o direito de punir os inimputáveis, não com as mesmas sanções, mas com um aparato disciplinar renovado. A condição de imutabilidade do estado de anormalidade de tais sujeitos, tidos como “incuráveis”, paradoxalmente, os torna objeto das mais diversas práticas corretivas, presentes, por exemplo, nas instituições de tratamento ou de contenção desta parcela da população, como os manicômios, prisões, internatos e hospitais:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobre-intervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobre-correção. (...) O eixo da corrigibilidade incorrigível vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que vão se desenvolver no século XIX (FOUCAULT 2002, p.73).

Este panorama de afirmação de poderes diante da legitimação de práticas antigas via discurso científico deu origem ao *louco perigoso*, que deve ficar à distância, contido, vigiado. Sobre esta figura, o senso comum, inspirado no contra-senso científico, criará as mais diversas fantasias, muito semelhantes às crenças supersticiosas: o louco é mais forte que as demais pessoas; doença mental é sinônimo de violência; o doente mental necessariamente apresenta feições e comportamentos bizarros. Idéias que dificilmente são comprovadas pelo cotidiano e que são muito mais fruto das intervenções desumanas do que da realidade psicofísica do doente mental. Tais formas de perceber estes sujeitos acabaram por criar um estigma sobre o transtorno mental que, mesmo nos dias atuais, não deixou de ser percebido como uma aberração moral ou algo próximo à bestialidade.

Como afirma Foucault (2002), até meados do século XIX, “a psiquiatria não funciona (...) como uma especialização do saber ou da teoria médica, mas antes como ramo da higiene pública. (...) Foi como higiene do corpo social inteiro que a psiquiatria se institucionalizou” (p.148). Deste modo, o saber psiquiátrico referendou, autorizou e potencializou diversas práticas de “purificação

social”, assim como criou novos meios para este fim. Esta primeira proposta da psiquiatria, como será visto a seguir, impregnou o saber e a prática de atuação desta área durante boa parte do século XX, sendo que até em tempos atuais há vestígios desta intenção higiênica, e por vezes eugênica, da psiquiatria. Frente a este quadro, faz-se conveniente retomar a crítica foucaultiana em relação à Ciência, que não objetiva sua destruição, mas quer revelar seus condicionamentos pré-científicos, originados nas configurações de poder, com fins extracientíficos, que incidem sobre a sociedade e sobre os sujeitos. Não se propõe a recusa ao saber, mas se sugere o combate aos efeitos de poder, principalmente os subjacentes à prática científica, que saturaram as instituições modernas estabelecendo seus modos de ação, como observa em Rouanet (1987), “não se trata de rejeitar o saber, mas de combater os efeitos de poder inerentes ao funcionamento da ciência, invocando, nesse combate, não a desrazão, a intuição, o *élan vital* ou a vontade de poder, mas, precisamente, o saber, ou saberes, localizados nos *bas-fonds* da ciência oficial.”(p.220).

A Loucura, suas Conseqüências e Formas de Contenção: O “Perigo Psíquico” de Verdun

O livro que aqui se analisa, *O perigo psíquico*, de M. Verdun, é rico em concepções sobre a loucura. A obra propõe técnicas para amenizar o “risco iminente” da presença do doente mental na sociedade, sujeitos que seriam não só um risco em si pelas ações que podem promover, mas também apresentariam riscos indiretamente, pela “má influência” que poderiam empreender, tanto na família, como nos mais diversos setores da vida social. O autor do referido estudo demonstra entusiasmo sobre a razão tecnicista aplicada às coisas humanas, porém, ao mesmo tempo em que critica a desumanidade de ações nazistas neste campo, como a esterilização e a eutanásia eugênica (o capítulo dez da obra trata desta temática), deixa transparecer que a racionalidade que rege sua abordagem é a mesma, talvez, os seus colegas nacional-socialistas tenham sido, ao menos, mais francos em suas intenções.

O prólogo à edição espanhola e o prefácio da obra analisada, escritos por J. López Ibor e por Juan Lhermitte respectivamente, dão mostras da lógica nem tão implícita do estudo, bem como reafirmam a leitura foucaultiana sobre a posição de saber-poder que a psiquiatria engendrou ao conceber a loucura como um perigo em potencial. Segue um fragmento do prólogo:

Não se trata, frente a estes transtornos, de propor uma extirpação da enfermidade, como é possível fazer, por exemplo, com a tuberculose ou qualquer outra enfermidade infecciosa. O prosseguimento excessivo desta tendência eliminadora leva, indefectivelmente, aos campos de concentração (...) Esse é o caminho, tão curto como inumano, que não deve seguir-se. (IBOR, prólogo a VERDUN 1958, p.III).

Nota-se aqui que extirpar a doença e eliminar *o doente* são concebidas como atitudes de mesmo valor, em que a afecção e o afetado se misturam em uma única entidade mórbida e perigosa. Nas suas considerações, parece não haver possibilidade de uma ofensiva contra possíveis etiologias dos transtornos, qualquer ação, humana ou desumana, incidirá sobre os sujeitos doentes. Ibor refere-se ainda à psiquiatria e ao importante papel que cabe a ela: “a existência do perigo psíquico tira o psiquiatra do manicômio e o lança a uma atuação social, que lhe recobre de enormes responsabilidades” (*ib.*, p.IV). Nota-se que a majoração da importância deste campo do conhecimento se sustenta, necessariamente, pelo “perigo” que pode combater. Perigo reforçado nas páginas seguintes, com palavras incisivas, no prefácio de Lhermitte:

No que respeita as afecções e deformações mentais, parece indubitável que estamos hoje frente a um grande perigo que interessa muito denunciar, se se quiser escapar das terríveis conseqüências que pode acarretar.

(...)

Porque na verdade há em nossa época, e talvez mais que em nenhuma outra, um “perigo psíquico”, e este perigo se mostra tanto maior quanto mais se desenvolvem e se aprofundam as relações sociais, econômicas e pedagógicas que unem os grupos humanos (prefácio a VERDUN 1958, p.5-6).

A obra, segundo Lhermitte, além de ensinar um método preciso e prático de diagnosticar precocemente as constituições de personalidade doentias, deveria servir para “preservar a sociedade civil e religiosa da influência maléfica de tantos desequilibrados aos quais dispensamos nossos cuidados” (*ib.*, p.9). Pode-se dizer aqui que, “preservar a sociedade” ganha o sentido de limitar abertamente as ações e os espaços que caberiam a tais sujeitos dentro do enquadre social.

Adentrando ao escrito de Verdun propriamente dito, é iniciada a exposição do tema retomando dados estatísticos da França e dos Estados Unidos relativos às décadas de 1940 e 1950 e investimentos públicos empenhados no tratamento de transtornos mentais nesses países, mostrando a amplitude do problema que afetava a sociedade naquele momento, após a Segunda Guerra Mundial. Logo a diante, o autor cita um longo trecho da obra *A loucura lúcida*, de Ulisses Trelat, publicado em 1861, (em meados do século XIX, época considerada por Foucault como a ocasião do nascimento do termo “anormal”, aplicado aos desvios de personalidade e de ações) que, de certa forma, norteia a lógica desse estudo. Retoma-se, pois, algumas das considerações mais pertinentes feitas por Trelat:

O que mais excita a dolorosa compaixão, são as infinitas torturas impostas por seres afetados de um mal, via de regra incurável, a naturezas excelentes, vivazes, produtivas, plenas de paixão para o bem e paralisadas em toda sua boa vontade. Este tipo de problema afeta o homem no momento em que, depois de sonhar com a felicidade com seu matrimônio, percebe que desposou com um ser desprovido de razão, talvez incurável, e como consequência, eternamente violento, destruidor, injurioso, agressivo, inclusive cruel; este mal é maior que a morte, porque mata o que há de bom, deixando viver tudo o que prejudica, o que aflige.

(...)

Queremos certamente que se tenha compaixão com os alienados, mas com o tipo de piedade que lhes convém: que sejam governados e não governem (TRELAT, citado por VERDUN 1958, p.13-14).

Reforçada a premência de sua abordagem, Verdun segue sua introdução com uma longa relação de trabalhos publicados em fins do século XIX e início do século XX que tratam destes pequenos monstros “semiloucos”, que se escondem na multidão, deixando transparecer que revolucionários e subversivos, *em sentido político* – anarquistas, comunistas e figuras históricas e participantes de movimentos libertários – também são concebidos como neuropatas. Ainda sobre o assunto, o teórico assegura que “todos concordam em denunciar a origem da maior parte das desordens da vida política e social, assim como os dramas familiares, na influência nefasta de personalidades patológicas” (VERDUN 1958, p.17). Afirmações que coincidem com Foucault (2002), ao apontar que a psiquiatria teve funções para além do campo médico-jurídico em que emergiu, assumindo importante papel histórico-político como meio de exclusão e de desqualificação de determinados movimentos sociais:

Se for possível provar que os movimentos atuais são obra de homens pertencentes a uma classe biologicamente, anatomicamente, psicologicamente, psiquiatricamente desviante, então ter-se-á o princípio de discriminação. É a ciência biológica, anatômica, psicológica, psiquiátrica, permitirá que logo se reconheça, num movimento político, o que pode ser efetivamente validado e o que deve ser desqualificado (FOUCAULT 2002, p. 194).

Ao relacionar algumas das afecções modernas que atacam a sociedade ocidental, Verdun (1958) dedica certo número de páginas para a análise da família e para os sinais de seu adocimento. Dentre os indícios de “distúrbios”, o doutor relaciona, de um lado, a baixa taxa da natalidade e o elevado número de divórcios e, de outro, o fato das mulheres estarem trabalhando fora do âmbito familiar e o fenômeno provocado pela necessidade de as famílias saírem do

campo e irem em busca de trabalho nas cidades. Como causa destes “desajustes”, o autor afirma que eles foram provocados, ora pelo caráter patológico de um dos membros familiares, ora pelas “revoluções e guerras que vinham transtornando o clima político e social, e a luta empreendida pelos intelectuais do século XVIII e metodicamente prosseguida pelos poderes públicos contra a estrutura moral de nossos dogmas e de nossas práticas tradicionais” (p.25). Mais à frente, o teórico segue afirmando que “as desgraças públicas são principalmente obra de determinadas personalidades patológicas nas quais se observam sempre certos desequilíbrios, ou ao menos, certos extremismos” (p.36). Ao que tudo indica, na lógica de Verdun, qualquer desvio da vida familiar bucólica, tradicional, submissa e católica, ao menos quando de refere aos povos europeus, seria indício de neuropatia ou sinal da influência de mentes desta natureza na vida comum. Eis a construção cientificamente embasada dos bodes-expiatórios:

Que se cesse, pois, de acusar a dureza dos tempos, as crises econômicas, a hostilidade dos eventos e dos homens, e a decadência das famílias, das empresas, das comunidades e dos povos... Vãs desculpas de artífices responsáveis pela desgraça de todos (...) porque sim *as famílias e os povos têm seus bons gênios, como a Igreja tem seus santos, também tem seus maus gênios que lhes conduzem à ruína* (VERDUN 1958, p.37. Grifos do autor).

Realizada a apresentação dos *motivos sociais* do estudo das neuropatias, sugerido e ampliado por ele próprio, Verdun adentra ao método propriamente dito, trazendo mais alguns elementos interessantes para o debate acerca da relação entre saber e poder, na constituição social do indivíduo perigoso devido a sua “loucura intrínseca”. O autor utiliza como base teórica estudos de dois psiquiatras do início do século XX, o francês Ernest Dupré (1862-1921) e o alemão Ernst Kretschmer (1888-1964), cujas obras tratam da *correlação somato-psíquica*. Essas obras supõem que haja uma ligação entre as estruturas corpóreas e as estruturas de personalidade, as tendências psicopatológicas poderiam ser, então, percebidas antes de sua manifestação, através de um *exame físico*. Verdun compila as teorias dos dois pesquisadores, relacionando cinco modalidades de personalidade psicopatológica: *Excitados-deprimidos* ou *maníaco-depressivos*; *brutos-sentimentais* ou *atleto-viscoides*; e *impressiáveis-indiferentes* ou *lepto-esquizotímicos* (de Kretschmer); e os *Insuados-insatisfeitos* ou *mitômanos* e *paranóicos*; e os *obsessivos-ansiosos* ou *hiperemotivos* (de Dupré). Munido dessa categorização, afirma Verdun (1958), será possível “examinarmos mais especificamente a classe de perturbação que podem acarretar na família, no meio profissional, na comunidade, na Igreja e no Estado” (p.39). O autor dedica um capítulo de seu livro a cada um desses cinco tipos de neuropatias, trazendo questões psicopatológicas mais proeminentes em que há propriamente um “transtorno” e apontando os traços de personalidade “socialmente aceitáveis”, característicos de cada categoria.

Para evitar um detalhamento exaustivo das considerações acerca de cada tipo psicofísico, o que não é o objetivo desse trabalho, a análise será concentrada nos procedimentos de validação da teoria, a forma como chegaram às diversas inferências do estudo. Uma das fontes de material para a construção teórica são fotografias, pinturas e gravuras, algumas dessas fortemente caricaturais, de homens e de mulheres de destaque da história ocidental, tanto na política, como na religião e nas artes. Observa-se que as descrições dos retratos, as feições, os trajes, as histórias pessoais, as ações e a obra se misturam, para criar um discurso heróico, sob o qual o julgamento técnico-moral do o sujeito analisado emerge. Seguem dois exemplos, um retrato de J.-J. Rousseau (1712-1778), onde se lê:

Fisionomia inquieta, de globos oculares salientes. Megalocrâneo. De uma natureza impressionante e uma independência temerosa, o autor do Contrato Social, do Emílio e das Confissões, viveu em uma insatisfação perpétua de si mesmo e dos demais. Obsessivo ansioso, desconfiado e receoso até o delírio de perseguição, inadaptado social, negligente com seus deveres familiares a ponto de abandonar no orfanato seus cinco filhos, ingrato para com os benfeitores, estimando erroneamente que tudo lhe era devido, sempre descontente, misantropo e vingativo, verdadeiro câncer daquela sociedade do Antigo Regime no qual viveu, e que em seus rancores patológicos erigidos em princípios, fizeram desmontar de 1789 a 1793. Sua influência corrosiva não terminou até desenvolver todos seus efeitos (VERDUN 1958, p.273).

E o caso de Martinho Lutero (1483-1546), em que:

O perfil mostra bem o maxilar maciço e a proeminência dos arcos supraciliares, característicos da estrutura atlética. Nas duas figuras (...) os olhos saltados, muito abertos, evocam o predomínio do ortossimpático com as obsessões ansiosas com as quais estava atormentada a sua alma exaltada (VERDUN 1958, p.87).

Abordagens desta natureza se repetem por mais de sessenta relatos de sujeitos de destaque, dos quais detalhes dos rostos, das mãos e do tórax são suficientes para explicar toda uma variedade de ações praticadas pelos sujeitos, já que em quase todas as ilustrações aparecem apenas os bustos. Dessa maneira, olhos grandes são características de indivíduos de pensamento revolucionário, de forma semelhante, em sua teorização, sujeitos “bochechudos” têm tendência maníaco-depressiva, e, como no caso de Dante Alighieri (1265-1321), os portadores de um nariz fino e comprido teriam disposição a impor suas concepções de mundo aos outros.

Outra fonte de dados supostamente capaz de desvendar a personalidade seria a própria medição do corpo do indivíduo, trabalho de pesquisa empreendido por Kretschmer, e estendido por Verdun, dentre outros pesquisadores, através da antropometria – uma observação e medição detalhada do corpo, cujos dados são submetidos a formulas que atestam a estrutura de caráter do indivíduo. Algumas desproporções, constituições mais obesas ou “esqueléticas”, tipo de pele e pilosidade, dentre outras características, são consideradas como constitutivas de determinadas personalidades patológicas. Chama à atenção, por exemplo, a descrição dos indivíduos *displásticos*, os quais seriam indivíduos “francamente patológicos” e “todos igualmente surpreendentes por alguma *desproporção insólita* que anuncia, ao olhar menos experiente, um *sujeito feio e deformado*”. (VERDUN 1958, p.154. Grifos do autor).

O autor coloca a predisposição hereditária como um dos fatores de maior importância para o desenvolvimento de uma psicopatia; no entanto, não desqualifica a função da educação, da moral e das circunstâncias sociais para seu efetivo aparecimento: “Para ser um herói ou um monstro, para além das predisposições hereditárias, necessita-se determinada educação, determinadas idéias, e não em último lugar, determinadas circunstâncias” (VERDUN 1958, p.170). O teórico ressalta ainda que cabe ao sujeito predisposto “a necessidade de múltiplos esforços de inibição, clarividência, de coordenação e vigilância” (p.171), a fim de que tais tendências patológicas instintivas não tomem conta da ação do indivíduo. Mas, pergunta o autor, como esta autovigilância poderia ocorrer quando se vê aumentado “o número de crianças e adolescentes que crescem, se não sempre em um ambiente familiar dissociado, ao menos, em um ambiente social praticamente paganizado (...)?” (p.173).

As *propostas de controle* desse tipo de sujeitos perigosos, de presença nefasta no convívio social, foram subdivididas em sua obra em duas categorias: em “soluções desumanas ou humanas”. São classificadas como soluções desumanas as ações diretas, de extermínio, de reclusão e de esterilização. Como exemplo, Verdun relata experiências da Alemanha nazista (que no momento era a representante de toda a desumanidade possível) e também medidas norte-americanas tomadas frente a estudos que demonstravam a etiologia hereditária de certos transtornos, em que se realizaram esterilizações para prevenir à ocorrência desses problemas, situação que se repetiu em diversos países. Soma-se a estas medidas a possibilidade do aborto e a proibição do matrimônio por parte de sujeitos considerados mentalmente doentes. Nota-se que em muitas medidas relatadas há notável confusão entre incapacidade ou risco psíquico, pobreza econômica ou carência educacional, em que as medidas relatadas buscaram, antes, desonerar o Estado do compromisso à assistência social.

Como fundamentação a sua oposição às medidas desumanas, Verdun (1958) recorre à autoridade religiosa e cita o Papa Pio XII, em uma declaração feita em 1951:

Todo ser humano possui o direito a vida vindo diretamente de Deus e não dos pais ou de alguma sociedade ou autoridade humana. Por conseguinte, não há nenhuma autoridade humana, nenhuma ciência, nenhuma indicação médica, eugênica, social, econômica ou moral

que possa mostrar ou dar um parecer válido para dispor direta ou indiretamente de uma vida inocente, é julgar, dispor dela com vistas em sua destruição, considerada esta como fim, ou como meio de obter um fim que, talvez, em si, não seja de nenhum modo ilegítimo (p.346-7).

O autor relembra, ainda, diversos filósofos que em algum momento da história defenderam a prática da eutanásia, como Morus, Bacon e Nietzsche, que ressaltam que a inoperância social, o sofrimento ou a falta de senso sobre a própria existência seriam motivos suficientes para se por fim a vida de um indivíduo. O teórico, também, recorda as políticas governamentais do “III Reich”, da União Soviética e de alguns estados norte-americanos que autorizaram este procedimento sob argumentos semelhantes. Quanto à contestação acerca da proibição do matrimônio e das esterilizações, Verdun recorre novamente à religião, em que colhe declarações papais que recriminam essas proibições enquanto práticas justificáveis. Como complemento à fala da autoridade religiosa, o autor afirma que, estatisticamente, não há correlação significativa que comprove que pais mentalmente doentes terão filhos com o mesmo problema, logo, proibir matrimônios e realizar esterilizações seria algo injustificável e ineficaz (nota-se neste ponto a contradição com a argumentação anterior que confirma as “causas hereditárias” dos transtornos). Além disso, segundo o autor, há nesses sujeitos uma importância social, primeiro, por haver um pouco de loucura em toda genialidade, sendo que extirpá-la seria uma forma de tornar a sociedade extremamente medíocre, e quanto aos mentalmente retardados, o pesquisador considera que eles podem ser “perfeitamente utilizáveis nas tarefas monótonas, mais ou menos repugnantes, e por consequência, de um valor social de nenhum modo depreciável” (VERDUN 1958, p.355). O fato de o autor, até o momento tão “científico”, recorrer à religião, assim como se contradizer em certas afirmações, demonstra que as diretrizes éticas de seu estudo não são sólidas, transparecendo a possibilidade de levar adiante o processo higiênico radical que o tecnicismo supostamente viabilizaria. Desse modo, o “caminho curto” para resolver os problemas causados pelas neuropatias, mencionado no prólogo da obra, se vê interrompido, primeiro, pela moral religiosa, baseada na piedade e não no direito, e segundo, pela “utilidade econômica” desses sujeitos, ao executarem tarefas que os indivíduos “sadios” não gostariam de realizar.

Feita a crítica aos procedimentos “inumanos”, Verdun traz à luz a sua proposta, que pode ser resumida em poucas palavras: “assegurar, juntamente, a proteção das personalidades predispostas contra os golpes do ambiente psicossocial, e as agrupações coletivas, contra a influência perturbadora das personalidades patológicas” (VERDUN 1958, p.357) Após relatar os avanços da psiquiatria até aquele momento, os quais permitiam a “cura” de boa porcentagem dos pacientes que chegavam ao internamento em hospícios, o autor propõe uma forma menos incisiva de prevenção da família e dos grupamentos sociais do que as “fórmulas desumanas.” Em vista disso, o autor pergunta:

Não seria mais eficaz tentar reconhecê-los antes da aparição dos transtornos mentais, seja para prevenir os interessados sobre uma união potencialmente infeliz, seja ao menos para evitar o efeito de surpresa e tomar, com melhor conhecimento de causa, todas as medidas capazes de retardar ou inclusive estender indefinidamente a evolução dos acidentes psicossociais, aos que estavam deliberadamente expostos? (*ib.*,p.365).

Nota-se que o interesse de Verdun (1958) é uma ação sobre os “potencialmente loucos”, frente aos quais seria conveniente “desaconselhar tais compromissos [sociais], ou pelo menos assegurar, com uma vigilância previsora, um ambiente e atividades especialmente adequadas que diminuiriam o perigo inerente as suas predisposições” (p.366). Assim, a higiene pública, munida dos métodos de exame propostos, seria aprofundada, indo além da ação sobre o francamente doente, atingindo também aquele que poderá vir a adoecer, submetendo-o de antemão a uma nulidade social já projetada para os desafortunados que manifestam os indícios da loucura. O autor faz a pergunta sobre a legitimidade moral de tal procedimento, considerando a legítima, observa-se, por exemplo, que ele é favorável a exames pré-nupciais, a critérios para aceitação no

sacerdócio, a testes para a elegibilidade ou admissão em cargos públicos, de modo semelhante, é adepto aos exames psicotécnicos, que na época já eram empregados pelo exército e hoje se estenderam a tantas outras instituições. Por fim, ele afirma que “o discernimento destas estruturas mentais contribuirá para *sermos menos severos e menos duros para com muitos destes lesados do psiquismo* que não são, *grosso modo*, tão difíceis de suportar se lhes conhece bem” (VERDUN 1958, p.384. Grifos do autor).

Considerações Finais

O século XX foi, sem sombra de dúvidas, o período mais profícuo da racionalidade tecnicista, e também foi o momento em que essa mesma racionalidade tecnicista demonstrou a sua insuficiência, revelando que o desastroso pode fazer parte de sua ação. Os projetos de sociedade, como pensavam a política e a sociologia “científica”, esbarraram na diversidade humana, em uma realidade repleta de disparidades, diferenças, faltas e excessos, sobre a qual a Ciência foi chamada a dar conta dessas inconveniências.

Como apontou Foucault (2002), a psiquiatria foi uma das primeiras especialidades destinadas a abordar estas discrepâncias e acabou patologizando aquilo que as demais instituições não conseguem conter, “ela patologiza o que poderíamos chamar de restos das instâncias disciplinares” (p.189). Pode-se considerar, como “instâncias disciplinares”, as instituições e os espaços próprios da sociedade moderna, como a Escola, o Exército, a Prisão, a Indústria, o Hospital, dentre outros contextos, lugares em que há um parâmetro de normalidade a ser perseguido, além de diversos mecanismos de disciplinamento em contínua operação. (FOUCAULT 1984). É notável a tendência ao desenvolvimento de uma nosologia e de uma terapêutica diretamente ligada a tais instituições, que trate dos “não enquadrados” em suas dinâmicas de funcionamento. A técnica incide sobre o sujeito e mantém o estado de coisas da instituição, gerando efeitos estigmatizantes e iatrogênicos.

Ao rever um trabalho da psiquiatria de cinquenta anos atrás, é possível realizar não só uma crítica ao passado, mas também fazer um alerta sobre o que ainda nos cerca e antecipar o que está por vir. Diferentemente da época em que o trabalho analisado foi escrito, em que tudo o que havia era uma análise anatômica relativamente grosseira, hoje se abre um campo vasto de pesquisa por meio de imagens anatomofuncionais e de explorações genéticas, havendo a possibilidade de reedição de estudos sob o mesmo olhar, com aparato técnico renovado, o que requer profunda vigilância ética, preferencialmente transdisciplinar, a fim de que nenhum procedimento que cause cerceamento de direitos e de liberdade seja imposto de antemão a qualquer sujeito, a título de “segurança pública”, bem como para que teorias não voltem a reforçar (ou criar) preconceitos.

Movimentos como a Reforma Psiquiátrica, empreendida nas últimas décadas em diversos países, as campanhas para a inclusão social do deficiente mental e a luta pela aceitação da diferença são frutos de um olhar crítico, que ainda nos dias atuais é recebido com alguma resistência, por profissionais, por instituições e pela sociedade como um todo. A prática profissional que emerge da crítica ao modelo tecnicista de atuação da “área psi” espera por uma melhoria a nível institucional, na qual se abra a possibilidade de contestar o instituído, flexibilizando e reinventando as práticas cotidianas e os critérios de avaliação. Cabe aos profissionais e aos pesquisadores, então, rever o sentido do mal-estar existente nas instituições, com a plena consciência de que a técnica não irá bani-lo, na melhor das hipóteses poderá administrá-lo, mantendo-o atenuado por tempo indeterminado. Da mesma forma que a clínica vê no sofrimento individual o motor para as transformações no sujeito, é urgente que se veja no penar das instituições os indícios de que elas necessitam de mudanças.

Referências Bibliográficas:

- FOUCAULT, Michel (1984). *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2002) *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2005) *A história da loucura: na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 8.ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2006) *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- ROUANET, Sergio P (1987) *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERDUN, M (1958). *El peligro psíquico*. Tradução de Tomas Palomo. Madrid: Razon y Fe.

Notas

¹ Para este estudo, utilizou-se a edição espanhola intitulada *El peligro psíquico*, de 1958, traduzida por Tomas Palomo. As citações em português são de minha tradução, sendo que as páginas se referem à edição espanhola contida nas Referências Bibliográficas.